

NARRATIVAS DA LUTA: HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO

Lucas Jofre da Silva ¹, Suzana Lopes Salgado Ribeiro ²

Resumo: Este artigo aborda o processo histórico de formação do Assentamento Egídio Brunetto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em Lagoinha-SP, por meio do estudo, reflexão sobre duas entrevistas, de história oral de vida, de pessoas comuns que constroem o movimento e protagonizam a luta pela reforma agrária. As narrativas provenientes das entrevistas orais são os documentos dos quais decorre a análise apresentada neste trabalho. O MST se apresenta no cenário nacional como articulador de lutas no combate às desigualdades sociais e econômicas. Para além disso, os assentamentos se apresentam como uma forma para construção de um novo modelo de sociedade e de relação com a natureza. A proposta das famílias para o Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto tem sido desenvolvida com base em uma nova forma de produção e ocupação da terra, preocupada com a recomposição da mata ciliar, com a sustentabilidade de produção e de construção de habitações (bioconstruções).

Palavras-chave: Desigualdade social; MST; Assentamento Egídio Brunetto; História Oral; Sustentabilidade.

NARRATIVES OF THE STRUGGLE: HISTORY OF THE EGÍDIO BRUNETTO SETTLEMENT

Abstract: This article addresses the historical process of formation of the Egídio Brunetto Settlement, of the MST (Movement of Landless Rural Workers), in Lagoinha-SP, through the study, reflection and analysis of two interviews, of the type life stories (oral history), from ordinary people who build the movement and lead the struggle for Agrarian Reform. The narratives from the oral interviews are the documents analyzed in this work. The MST presents itself on the national scene as an important articulator of struggles in the fight against social and economic inequalities. Furthermore, the settlements are presented as a way to build a new model of society, based on equality. The families' proposal for the Egídio Brunetto Agroecological Settlement has been developed based on a new form of production and land occupation, concerned with the restoration of riparian forests, with the sustainability of production and housing construction (bioconstructions).

Keywords: Social inequality; MST; Settlement Egídio Brunetto; Oral History; Sustainability.

¹ Graduado em História pela Universidade de Taubaté. Professor de História na Rede estadual de Minas Gerais. E-mail: lucasjofre107@gmail.com.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU-FAED-UFMS) e professora da Universidade de Taubaté (MDH e MPE). E-mail: suzana.ribeiro@gmail.com.



1. Introdução

A luta pela terra e a reforma agrária, são temas historicamente discutidos e ainda presentes no debate público nacional, principalmente no universo das redes sociais, onde vivenciamos uma verdadeira polarização, ainda mais quando o que está em pauta são os movimentos sociais. Dessa forma, a questão agrária não é uma novidade, é um capítulo muito importante de nossa História, além de ser um problema social contemporâneo, que tem como grande marca a concentração desigual do território.

Assim, ao contar a história do Assentamento, esses protagonistas mostram seu fazer-se ao mesmo tempo que indicam a dificuldade da consolidação da luta pela terra em um país com uma história de concentração fundiária e desigualdade social. Compreendendo que essa desigualdade é fruto de um processo histórico de cinco séculos. O sistema colonial português impôs seu domínio nas terras brasileiras, através da criação de mecanismos que garantissem a dominação, visando a exploração e o lucro para a metrópole. O monopólio da terra foi institucionalizado, pela expulsão e extermínio da população originária e doações foram feitas, via implantação do sistema das sesmarias (VINHAS, 1962, *apud* STÉDILE, 2005A).

No período do Império brasileiro foi garantido que a terra continuasse nas mãos de poucos, com a Lei de Terras de 1850. Ao fazer com que a terra só fosse obtida por meio da compra, garantia a mão-de-obra para o fazendeiro, a legitimidade do latifúndio e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (MARTINS, 1994, p. 129). Com isso, cria-se a propriedade privada da terra, causa da exclusão da maioria ao direito a seu acesso. Fazendo com que o latifúndio - marca do Brasil colonial e monárquico - tornasse-se e mantivesse-se até hoje, como marca no Brasil republicano (FERNANDES, 2000, p. 29). A questão se agravou com a abolição em 1888 e a constituição do trabalho livre, momento no qual se tem a expansão do capitalismo no campo, mediada pelo Estado. Assim ocorre a submissão da terra e de quem nela trabalha ao capital, e a terra passa a representar um novo cativo (MARTINS, 2010).

Em contrapartida, muitas lutas aconteceram como enfrentamento a essa realidade. Os despossuídos, sempre estiveram na linha de frente no combate, reivindicando seu direito a posse da terra. Primeiro com os povos originários que resistiram e resistem em defesa do seu território. Também com os negros desde a luta por sua liberdade durante o período em que foram escravizados, passando pelo direito à demarcação dos territórios quilombolas. Além dos movimentos camponeses, como em Canudos, no Contestado e nas ligas camponesas. Chegando até nossos dias, com os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que foi forjado deste histórico de luta.

É das heranças da questão fundiária e das lutas populares no Brasil que vamos falar neste artigo, por meio da fala de dois assentados - Higor Leopoldo Costa e Alexandre Wenceslau Lopes (Carijó) - vamos contar uma história, da formação do Assentamento Egídio Brunetto, localizado no município de Lagoinha, cidade do Vale do Paraíba, interior de São Paulo.

O objetivo geral consiste em analisar as narrativas, que contam ações cotidianas de construção de um novo modelo social, colaborativo e sustentável

para as famílias do assentamento, em oposição ao sistema historicamente construído, apresentado pela grande propriedade fundiária e pela exploração da terra de forma não sustentável. Já os objetivos específicos têm em vista a contextualização da luta pela terra no Vale do Paraíba; a apresentação do projeto de ocupação da terra pelas famílias assentadas, tendo a sustentabilidade e a coletividade como modelos de sociedade; além de registrar histórias de pessoas comuns, destacando seu protagonismo na ação do movimento social e em seu fazer-se.

2. Referencial teórico

Neste artigo trabalharemos com três diferentes dimensões de referenciais teóricos. Thompson é pano de fundo que articula leituras e embasa fazeres. Meihy e Bosi são fundamentais para basear os procedimentos de trabalho com narrativas. E a leitura de Martins e Stédile forneceram elementos para compreensão da questão fundiária no Brasil.

Um primeiro referencial se baseia na abordagem histórica, que faz emergir uma História Social. Destacamos, nesta linha as obras de Edward Thompson (1987a, 1987b e 2001) nas quais indica a importância de estudar as histórias de pessoas comuns (ordinary people). Essa poderia ser forma de compreender experiências históricas de homens e mulheres cuja existência é frequentemente ignorada pela História (SHARP, 1992). Importa também entender que a proposta de Thompson é compreender que história de faz com sujeitos que se constituem no próprio processo histórico, por meio do viver de um conjunto de experiências.

Nesta vertente também argumentamos sobre o alargamento do conceito de documento, englobando nos estudos da História, as fontes orais, em especial quando podem indicar diferentes perspectivas e interpretações. E perceber como indicou Thompson (1987a; 1987b), que investigar as vidas de trabalhadores, suas experiências, lutas diárias, valores é forma de ver a luta em processo histórico.

Como isso em mente realizamos o registro de narrativas e o referencial para a história oral no qual nos baseamos foram as obras de Bosi (2003) e Meihy (1998, 2011). Nesta perspectiva a vida de pessoas comuns, constroem na lógica de uma história vista de baixo, perspectiva das experiências de trabalhadores rurais, cujas lembranças permitem o registro de experiências sobre a luta fundiária, unindo as três vertentes de leituras desse trabalho. As narrativas permitem também compreender, que como disse Thompson sobre a classe operária inglesa, “não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987).

Por outro lado, para entender o processo histórico da luta pela terra no Brasil foram fundamentais a leitura de autores como Martins (1994, 2010) e Stédile (1993, 1999, 2005^a e 2005^b). Martins mostrou o caminho de uma luta histórica e da constituição da desigualdade social relacionada a estrutura fundiária de nosso país. Por sua vez Stédile apresenta uma história da organização do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, de onde se origina a ação e a formação dos personagens entrevistados sobre o Pré-Assentamento Egídio Brunetto.

3. Metodologia

Como metodologia para realização desta pesquisa foram empregados três instrumentos: a pesquisa bibliográfica, as entrevistas de história oral e a observação de campo. Dessa forma, escrevemos uma história que articula o repertório teórico do tema com a visão de quem participou da ocupação das terras da fazenda Bela Vista, que organizou um acampamento para provocar o movimento da justiça para a desapropriação dessas terras. Assim, buscaremos a aproximação do conhecimento acadêmico com a experiência da vivência pessoal do militante, tanto do pesquisador quanto das pessoas que viveram e construíram o Movimento.

As narrativas provenientes das entrevistas orais são os documentos que serão analisados neste trabalho. Pois, para a história oral, as narrativas são consideradas como fontes para a pesquisa histórica (LOZANO, 2006 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 15).

Com isso, definimos como metodologia de pesquisa a história oral, que pode ser definida como um processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos considerando suas vivências, experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento. Neste processo em que acontecem intervenções e mediações se dá a construção de narrativas e de estudos referentes à experiência de pessoas, de grupos e de instituições (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Foram realizadas duas entrevistas, de história oral de vida, que para Meihy (1996) é uma abordagem em que o sujeito tem maior autonomia para dissertar o mais livremente sobre sua experiência pessoal, dando espaço para que sua história seja encadeada segundo a sua vontade. Dessa forma, valoriza-se os modos de falar, a emoção, as pausas e hesitações, por entendermos que “os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade... A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (BOSI, 2003, p. 63-65).

Seguindo critérios estabelecidos por Meihy e Ribeiro (2011), a pesquisa seguiu quatro etapas: elaboração do projeto, gravação, confecção do documento escrito e sua análise. Primeiramente, foi feita a escolha do perfil dos entrevistados. Depois formou-se a *rede*, respeitando os critérios adotados para a escolha das pessoas a serem entrevistadas.

As duas narrativas que compõem o núcleo documental deste trabalho, contam as histórias de pessoas selecionadas a partir dos critérios de *comunidade de destino*, *colônia* e *rede*. Entende-se por *comunidade de destino* o acervo de experiências, que motivaram as razões do envolvimento e pertencimento ao grupo. A *colônia*, por sua vez, é o grupo de onde pode emergir os entrevistados. A *rede* de entrevistados é o grupo de pessoas formado por indicação dos colaboradores, estabelecidas no decorrer do trabalho (RIBEIRO; MEIHY, 2011).

Definido a *rede* de entrevistados, procuramos visitar o local para estabelecer contato e convidarmos as pessoas para colaborar com a pesquisa. Momento esse fundamental para construir um vínculo pessoal com os

colaboradores, “sair com ele, caminhar ao seu lado nos lugares em que os episódios lembrados ocorreram” (BOSI, 2003, p. 60)

Nessa visita, foi o momento no qual apresentamos, em linhas gerais, o projeto de pesquisa, onde elucidamos os procedimentos para realização da entrevista. Também aproveitamos a oportunidade para definirmos a data, horário em que elas seriam gravadas.

Depois disso, a entrevista foi realizada com o consentimento do colaborador. As entrevistas foram ser gravadas de modo que permitam ser transcritas (KALIL, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 16). Com o arquivo de registro de áudio, foi feita a transcrição, que compreende a passagem literal do oral para o escrito, incluindo as repetições, vícios de linguagem, expressões regionais e marcadores conversacionais que caracterizam a oralidade.

Em seguida foi realizada a transcrição ou edição da entrevista, que é o trabalho de conferir à entrevista um caráter de texto, de leitura agradável e fluida, inserindo perguntas e respostas em uma narrativa direta e reduzindo o excesso de marcadores conversacionais e possíveis gírias que podem prejudicar a compreensão do texto. Este processo é finalizado com um trabalho de tradução criativa que se preocupa eminentemente com a reconstituição da informação estética do original (entrevista).

Por fim a conferência, momento em que, se apresentou o texto final editado ao colaborador, e se obteve a autorização para seu uso do texto que hoje compõem este artigo. Mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme regras do Conselho de Ética da Universidade de Taubaté, oficializamos a autorização de uso da narrativa e do uso do nome dos sujeitos da pesquisa. Importa dizer que nessa etapa, o colaborador teve total liberdade de sugerir inclusões, exclusões e/ou modificações na entrevista, pois a partir dela se chegou à versão final do texto.

Ao propor uma reflexão sobre um projeto de construção de novas relações de posse e produção da/na terra, foi importante definir uma metodologia de pesquisa que também tivesse como meta a construção de novas relações com os sujeitos de pesquisa e que propusesse a valorização de suas experiências e identidades. Até porque, as narrativas não são meros relatos pessoais, “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 2003, p. 69).

Cabe dizer que a história oral contemplou tais ansiedades da pesquisa. Ao nos encontrarmos com os dois narradores e registrarmos suas experiências foi possível constituir um conhecimento em colaboração. Como apresenta Ribeiro (2007) é preciso ter em mente que a história oral não produz documentos sobre o passado e sim em diálogo com ele, à luz das circunstâncias do tempo presente. Nas palavras de Bosi a “memória como atividade do espírito, não repositório de lembranças” (2003, p. 52). Com isso, de modo horizontal, conhecimento acadêmico e conhecimento de vida se completaram e possibilitaram a escrita deste texto.

O fato de registrarmos essas entrevistas é em si um ato político ao se opor a tradição da história oficial, que protagonizam os grandes personagens históricos e exclui de suas páginas as pessoas comuns. Como destaca Oliveira,

"Thompson criticava a historiografia de seu país, a Inglaterra, por retratar a autoimagem das classes dominantes e assim ocultar a vida, o trabalho, os sentimentos, a luta pela sobrevivência da prole" (2018, p. 14). Dessa forma, com a história oral as divergências entre a história das elites ou dos "vencedores e dos vencidos" são pontuadas e enfrentadas, de modo a desmistificar o processo de construção do conhecimento e dar visibilidade a "outras histórias" (RIBEIRO, 2007, p. 16), o que reforça a decisão pelo referencial teórico da história vista de baixo.

Portanto, perante esse cenário de desvalorização, pela qual essas pessoas passaram ao longo de suas vidas, a história oral adota uma postura de respeito frente as suas subjetividades e enunciações, compreendendo que suas experiências fazem parte de seu "making off" (THOMPSON, 1987a, 1987 b). Antes à margem da sociedade, agora as entrevistas colocam essas pessoas como protagonistas da História.

Propõe-se, então, que se faça a transição da valorização da objetividade "pura" e se assuma a subjetividade como algo importante e de grande valor para entender os movimentos de uma sociedade. Dessa forma, as narrativas aqui colocadas são exemplos de objetivações da subjetividade. O narrar é um processo de objetivação de subjetividades, pois é o momento em que memórias são acessadas, selecionadas e traduzidas em palavras a serem gravadas e transcritas. Processo que o colaborador sabe que acontecerá, pois toda entrevista é precedida de uma introdução em que se fala, em linhas gerais, a intenção do projeto (RIBEIRO, 2007, p. 283).

Dessa forma, a importante contribuição dessas narrativas na construção da história que nos propomos contar reflete o objetivo desse trabalho, que é colocar em evidência a participação e o fazer-se dessas pessoas na construção do movimento social e da História. As entrevistas destacam a vida das pessoas que fazem esse Movimento.

4. Narrativas de si e da luta

Como vimos, a concentração de terra nas mãos dos latifundiários e o avanço do capitalismo na agricultura são grandes marcas da questão agrária no Brasil. Mas, também geram, como reação, resistências por meio de lutas e movimentos sociais. No Vale do Paraíba não foi diferente, devido ao seu processo de ocupação desigual do território que se fez com o emprego da violência contra os posseiros ali estabelecidos, expulsos através dos esbulhos judiciais, da força bruta e até do assassinato (GORENDER, 1976 *apud* STÉDILE, 2005b, p. 208).

O processo de ocupação do território da região teve início com o ciclo do ouro no século XVII e com a consolidação do café nos séculos seguintes. Ciclos estruturados inicialmente às custas de um modelo predatório de destruição da Mata Atlântica, bem como do extermínio das últimas populações indígenas da região.

A região se consolidou como lugar do latifúndio, da escravidão e da monocultura depredatória. As heranças estão presentes no cotidiano de suas relações sociais. Diante desse intenso ciclo de exploração que permeou a história da ocupação do território do Vale do Paraíba, do café à silvicultura do eucalipto,

se pode observar os inúmeros impactos negativos e consequências e transformações para os camponeses. (TINTI, 2017, p. 90).

Na segunda metade do século XX, os municípios localizados nas margens do rio Paraíba, da ferrovia Central do Brasil e da rodovia Dutra experimentaram forte e contínuo processo de industrialização e de urbanização, enquanto aqueles localizados nas encostas das serras do Mar e da Mantiqueira, permaneceram vinculados ao setor primário da economia, registrando constante êxodo rural e empobrecimento de sua população, apesar de, posteriormente, vir a enfatizar o setor terciário (turismo). (RIEHELMANN, 2006, p. 85). Como é o caso de Lagoinha, cidade em que se localiza o pré-assentamento Egídio Brunetto:

Depois de descrever o Vale do Paraíba, é importante destacar a herança da pecuária e concentração de terras advindas do processo de ascensão e queda do café. O território se transforma sob controle do agronegócio que, posteriormente vira montanhas cobertas de bosques de eucaliptos. Esses mesmos bosques junto às plantações, às cidades, aos pastos, à mineração estão cercando os fragmentos da floresta atlântica. O mesmo território é palco da vida coletiva e casa da vida privada - à mercê das forças da norma e da ordem estabelecida pelo capital; ou seja, um território híbrido, desigual e contraditório (LEITE, 2018, p. 80).

Esse desenvolvimento desigual provocou reações dos movimentos de luta pela terra. Há registros de ao menos dez conflitos fundiários ocorridos na região, entre os anos de 1974 e 1981 (RIEHELMANN, 2006, p. 85). Durante a década de 1990, o MST iniciou ocupações em Tremembé-SP, que resultaram em assentamentos de reforma agrária, como os assentamentos Conquista e Olga Benário. O Movimento também atuou em outras cidades da região, o que resultou no seguinte quadro de ocupação fundiária:

Quadro 1: Luta pela terra no Vale Paraíba.

Estágio da Luta pela terra	Município	Nome anterior do imóvel	Nome atual do imóvel	Ano de Criação	Área (ha)	Famílias
Acampamento	Lagoinha	Fazenda Bela Vista	Egídio Brunetto	2013	1.650,00	55
Acampamento	Jacarei	Fazenda Cachoeira	Patrícia Galvão (Pagú)	2010	247,10	23
Pré-assentamento	Taubaté	Fazenda Macuco	Luis Carlos Prestes	2013	692,00	15
Assentamento	Tremembé	Horto Tremembé	Conquista	1995	1.290,02	117
Assentamento	São José dos Campos	Fazenda Santa Rita	Nova Esperança	2001	446,70	63
Assentamento	Taubaté	Fazenda Santa Teresinha	Manoel Neto	2005	378,91	43
Assentamento	Tremembé	Fazenda Coru Mirim	Olga Benário	2005	692,12	53

Fonte: TINTI, 2017 *apud* LEITE, p. 82.

Todas as ações citadas no quadro foram anteriores a ocupação da fazenda Bela Vista, mas contribuíram para a formação da militância, que compôs o início da atuação em Lagoinha-SP. Este é o caso de Higor, que conheceu o MST por meio de sua irmã, assentada no Nova Esperança, em São José dos Campos:

Em um primeiro momento eu tive possibilidade de outras bandeiras que envolve a luta pela reforma agrária, mas que já não tinha toda essa complexidade que tem o MST com a luta de classes, aí foi onde que eu abandonei essa bandeira. Eles tinham um acampamento com lotes individuais para as famílias e eu tinha um lote desses, em São José dos Campos na SP-50, foi onde eu tive a oportunidade de vir pro Egídio

Brunetto. Bem nessa época. Eu estava com essa outra bandeira e com esse lote já, podendo produzir lá, mas vi que a linha do Movimento eu poderia construir mais junto com ela, lá não. Lá era mais individualista as construções, era mais pelas direções mesmo. (HIGOR, 2018).

O contato com outros movimentos de luta pela terra mostra o aumento da mobilização em torno da reforma agrária na região, deixa evidente a continuidade de concentração fundiária e a necessidade da distribuição da terra. Por outro lado, revela como a organização do MST, que uniu os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe (STEDILE; FERNANDES, 1999), contribui para a sua sobrevivência durante mais de trinta anos.

A partir das obras "A formação da Classe Operária Inglesa" e "A miséria da teoria", entendemos experiência em Thompson como ação vivida num determinado contexto por sujeitos que se identificam por interesses comuns, e se constitui como modo de enfrentar os problemas e dificuldades desse contexto na busca por sobrevivência (OLIVEIRA, 2018, p.14).

A luta pela sobrevivência e o tempo de atuação do Movimento, toma relevância se considerarmos todas as adversidades sofridas e a tradição antidemocrática de nosso país. Assim, é um grande feito, o MST se tornar um aglutinador em torno da luta pela terra.

A "complexidade" relatada pelo colaborador é justamente um dos princípios organizativos presentes na formação do MST, desde 1985. Esses princípios envolvem: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a questão da disciplina, o estudo, os setores de educação, cultura, frente de massas, produção entre outros, que garantem ao Movimento a força de uma organização política (STEDILE e FERNANDES, 1999).

Quando se vê um assentamento já em posse dos trabalhadores rurais, deve-se enxergar todo o processo que decorreu para que fosse concretizado. Nesse processo podemos notar etapas, que vão desde a ocupação, entendidas aqui como "ocupação de resistência" em oposição à "ocupação capitalista" (FABRINI, 2000), até a conquista final da terra, com a criação de um assentamento. O que "para muitos o estar em um acampamento se dava porque não era mais possível sobreviver naquele mundo. Esse não lugar constitui-se como travessia rebelde e questionadora, um espaço de transgressão" (OLIVEIRA, 2018, p. 23).

Logo após a ocupação, os camponeses organizam um acampamento que consiste em instalações de barracas de lona preta, um dos símbolos do Movimento, onde os trabalhadores vivem com suas famílias. Cinquenta e cinco famílias permaneceram nesta situação, as margens da estrada, durante seis anos. Aguardaram a desapropriação das terras da fazenda Bela Vista e a criação do assentamento para que pudessem morar e trabalhar com dignidade. No momento, as terras da antiga fazenda se encontram em uma fase de transição, entre o acampamento e o assentamento, denominado de pré-assentamento. As famílias ainda aguardam o fim do processo de regularização do assentamento.

O processo teve início em 2010, quando um grupo de trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ocupou as terras improdutivas

da fazenda Bela Vista, no município de Lagoinha-SP. Entretanto, a ação não teve prosseguimento devido à enchente no rio Paraitinga que passa pela fazenda. Sendo essa uma tragédia não só para as famílias acampadas, como também para São Luiz do Paraitinga, vizinha de Lagoinha. Carijó, morador da área, estava presente nesta ocupação e destaca esse fato:

Estive presente desde a primeira movimentação no Acampamento Egídio Brunetto. Foi em 2010, quando a situação era de uma terra improdutiva, o que nos levou a fazer a ocupação. Chegamos no espaço, construímos os barracos na beira da estrada, mas não deu tempo de a gente concluir nenhum barraco, a enchente veio e infelizmente tomou todo o espaço de onde estava o acampamento e tivemos que nos retirar da área (CARIJÓ, 2018).

O ponto positivo desse momento foi que após a ocupação de 2010, saiu a denúncia de que a fazenda Bela Vista não estava cumprindo sua função social, ou seja, não estava cumprindo a lei que diz que toda propriedade fundiária deve manter uma atividade econômica compatível com sua extensão. Abrindo, com isso, a possibilidade de haver a um processo de desapropriação e consequente redistribuição das terras da área.

Passado a catástrofe, as famílias se reorganizam e ocupam novamente a fazenda em 2012, quando a propriedade foi decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária. Isso ocorreu após constatação de que a área estava realmente improdutiva, por meio de vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (ABRA, 2017, p. 2). Depois de 2012, o movimento voltou a ocupar as terras da fazenda somente em 2015. Como explicou Carijó:

Voltamos em 2012, montamos o acampamento novamente e permanecemos na terra por três anos. Depois o INCRA acaba perdendo a posse da terra e a gente tem que sair da terra. Ocupamos em 2012 e depois, em 2015. Logo em seguida a terra foi paga em juízo. O dono recorreu o valor, dizendo que era muito pouco, mas acreditamos que o valor era bastante considerável, sete milhões e meio [...]. Aí arrumaram um interdito a respeito de um processo ambiental na CETESB, que se perdurou por quatro anos de luta desde a nossa ocupação (CARIJÓ, 2018).

Neste período, as famílias, que lá permanecem acampadas, à beira da estrada, sofrerem ordem de despejo, após a justiça revogar a imissão de posse, que foi determinada com base no argumento apresentado em Ação Cautelar, de que o INCRA somente poderia criar o assentamento após a concessão da Licença Ambiental pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. Sendo assim, a criação do assentamento dependia da obtenção da Licença Ambiental (ABRA, 2017, p. 2).

O INCRA só conseguiu a Licença Prévia em dezembro de 2016, mas ainda era necessário que o Instituto cumprisse cinco exigências para conseguir a Licença de Instalação. Sendo elas: a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR; planta da situação fática dos lotes e áreas de APP dos mesmos; projeto de fornecimento de água e esgoto; realização de um estudo hidrológico

para um tempo de recorrência de 100 anos, comprovando que a área edificável do imóvel não sofrerá inundação e a outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para intervenção e uso dos recursos hídricos (ABRA, 2017, p. 3-4). Essas exigências tinham suas peculiaridades. A primeira dependia do proprietário do imóvel. As três seguintes, dependiam da criação do assentamento. Somente a última que poderia ser solicitada pelo INCRA. (ABRA, 2017, p. 4). Sobre esses processos burocráticos e políticos, e seus entraves, Martins escreveu:

O que talvez explique por que decisões políticas fundamentais ganhem forma legal até sem grande dificuldade, mas emperrem justamente na sua aplicação, vitimadas e esvaziadas pela conduta conspirativa de uma burocracia pública que ainda age predominantemente a partir das orientações pessoais dos chefes políticos e não a partir da impessoalidade pressuposta no cumprimento formal da lei por parte do empregado público. A questão, portanto, não é a de aprovar leis avançadas, mas assegurar que elas não serão executadas, ou não serão executadas contra os interesses dos que as aprovaram (MARTINS, 1994, p. 70).

A preocupação com a questão era plausível. Levando em conta que Lagoinha-SP tem problemas históricos com as devastações da vegetação e degradação do solo, causadas pela indústria de celulose e da pecuária extensiva (ABRA, 2017, p. 4).

Atualmente a situação de erosão pela falta de vegetação nos topos de morro, nascentes e margens de cursos d'água, locais considerados de proteção permanente. Estão em grande vulnerabilidade, devido a ações degradantes de uso do solo atuais. Principalmente pela atividade de pecuária extensiva no local, que não leva em consideração essas áreas, e permitem a presença do gado nestes locais, causando grande pisoteamento das nascentes e diminuindo a capacidade de regeneração vegetal do local. Outra atividade dos pecuaristas que estão atuando no local, é a queima da vegetação, realizada na época de estiagem, para a limpeza do pasto para o gado, situação que agrava ainda mais os impactos, tornando um verdadeiro desastre ecológico. As erosões e processos de desertificação, assoreiam os rios, diminuem a infiltração de água no solo e por sua vez o nível do lençol freático (rios subterrâneos), por consequência, as nascentes e a vazão de água nos rios e ainda o regime de chuvas na região são fortemente influenciados. Tal impacto influi diretamente na manutenção de recursos vitais para a vida em geral, e da sustentabilidade humana, como: Água, oxigênio, alimentos e recursos diversos oferecidos pela natureza em sua funcionalidade equilibrada (ABRA, 2017, p. 01-02 anexo).

Mesmo compreendendo esse movimento burocrático, é preciso admitir que a preocupação com a questão ambiental era plausível. Levando em conta que Lagoinha-SP tem problemas históricos com as devastações da vegetação e degradação do solo, causadas pela indústria de celulose e da pecuária extensiva (ABRA, 2017). Mais ainda, quando o antigo proprietário, para alegar produtividade das terras da Fazenda Boa Vista, arrendava parte das terras para criação de gado. Devido à falta de controle, o gado avançava para as áreas de matas ciliares do rio Paraitinga, causando assoreamento. Além desses fatos, se

tornaram constantes os incêndios, na época de estiagem para limpeza e preparo do pasto, nas terras da Fazenda. Essas atividades causaram prejuízos ao meio ambiente.

O entrave judicial fez com que as famílias permanecessem acampadas durante anos na beira da estrada, frustradas por ter chegado tão perto e não conseguido entrar na terra, mas não desistindo do sonho de um dia conquistar um pedaço de chão. As famílias, compostas por pessoas de diversas faixas etárias, desde crianças até idosos, sofriam com as péssimas condições de vida no acampamento. Lá, tudo era precário, as moradias - barracos de lona -, a alimentação, as condições de higiene. Além da incerteza no aguardo de uma decisão judicial que autorizasse a criação do assentamento.

Estar parado na beira da estrada para alguns chega ser muito cansativo, exaustivo, devido ao psicológico. O psicológico influencia muito, o cansaço do corpo nem tanto, mas o psicológico fica bastante abalado. Você fica na espera de um processo. A gente sabe a dificuldade que tem hoje e tinha antigamente também a respeito da leitura dos processos nas mãos dos juízes que ainda tratam a reforma agrária como um problema e não como uma solução (CARIJÓ, 2018).

Assim, os companheiros de Carijó permaneceram acampados por mais de três anos. Mostrando esta história nos aliamos a Thompson a criticar a ideia de que o povo “emerge como um dos problemas com que o governo tem de lidar” (THOMPSON, 2001, p. 185). A entrevista de Higor destaca o processo da ocupação da sede da fazenda em 2017, fundamental para a luta e para que a justiça emitisse novamente a posse da terra ao INCRA. Tentando superar os impasses da falta de licenças “nós, acampados do Egídio Brunetto, resolvemos trazer água para o lugar onde era o acampamento” vinda “por gravidade de uma cachoeira”. Para isso, um sindicato foi procurado para fazer uma doação de mangueiras e de duas caixas d’água. E aí podemos perceber a organização política do grupo, que buscando parceiros/aliados na luta, constituíam também relações que permitiam consciência de uma certa experiência comum e de seu pertencimento de classe. E retomando os escritos de Thompson:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987a, p. 9).

A água atendia 28 famílias, mas “um dia o capataz da fazenda viu a mangueira lá” (HIGOR, 2018). Neste momento, teria procurado o acampamento e notificado os moradores que iria fazer uma denúncia na delegacia, por estarem usando do recurso da fazenda. Segundo Higor o quando o pessoal estava se reunindo em mutirão para tirar a mangueira, ele e Carijó, assumindo um papel de liderança, falaram:

Não, não vai tirar água nenhuma! Como que vamos tirar a água que está sustentando nós e nossos filhos? A gente vai andar para trás? Olha o trabalho que a gente teve de esticar esse um quilômetro de mangueira por esse rio afora. Não vamos tirar não! Deixa ele ir à delegacia denunciar que nós estamos usando a água. Água é um recurso de todos! Vai ficar "miguelando" água para o ser humano? Não tem cabimento a gente tirar a mangueira. (HIGOR, 2018).

Então, a partir deste posicionamento o coletivo de acampados refletiu e decidiu que a ligação de água ia ficar. Em episódios como esse é possível identificar o que Thompson chegou a afirmar sobre o radicalismo popular não se extinguir. Podemos ver que a lógica de lutar contra um ato despótico, faz com que se reúnam forças e se articule a luta (THOMPSON, 1987). Ao contar esta história Higor revela a importância da luta para a melhoria da vida cotidiana das pessoas. Mas também mostra a organização coletiva agindo, frente a uma demanda da sobrevivência e o quanto as decisões conjuntas fortaleciam o grupo. A narrativa continua mostrando os desdobramentos dessa ação:

O proprietário da fazenda foi na delegacia e fez um Boletim de Ocorrência[...]. Falou que a gente estava acampado dentro de uma área da fazenda e usando dos recursos há mais de um ano. Isso foi um tiro no pé, porque com nossos advogados em nossas reuniões, avaliamos que se estávamos há mais de um ano no local não podia ter reintegração de posse. [...] ocupamos a sede da Fazenda Bela Vista, no dia 20 de outubro de 2017, às dez horas da noite. Não tinha ninguém, a gente tinha esperado todo mundo sair para não ter confronto. Depois chegaram os capatazes da fazenda, um ou outro funcionário e viram que o MST tinha ocupado a sede. No outro dia a gente tinha um encontro marcado de um deputado estadual, que era para ele ir à área do acampamento, e foi levado diretamente para a sede da fazenda. Quando chegou o administrador da fazenda foi ameaçando a gente, ele foi recebido por um deputado e "abaixou um pouco a bola". Depois disso, a gente conseguiu a posse da fazenda, dia 17 de abril de 2018. Quer dizer, o INCRA conseguiu a posse através de um desembargador da cidade de Taubaté, Dr. Maurício, não sei o sobrenome dele. Esse desembargador deu a posse para o INCRA e reafirmou que as famílias que estavam acampadas na Fazenda Bela Vista poderiam ficar ali até o fim do processo de assentamento. Essa é a história que fez a posse vir para a mão do INCRA e a gente ter o direito de ficar dentro da Fazenda Bela Vista (HIGOR, 2018).

Higor conta a história da fazenda, que agora é história dele e de todos que lutaram juntos. Mostra, dessa forma, a importância e o protagonismo na ação dos militantes para a construção do Movimento e para a conquista da terra e da reforma agrária. Evidenciado também o *caráter popular* (FERNANDES, 2000) do movimento, destacando que o próprio Movimento é composto pelas pessoas que dele fazem parte, e por isso trata-se de compreender "o movimento em movimento" dada a ação das pessoas, o que justifica a escolha do registro de histórias de vida para a escrita da história deste acampamento. Além disso, a própria noção de classe como relação ou processo operada por Thompson, conduz a esta reflexão.

Até o momento de finalização desta pesquisa, as terras se encontram na fase de pré-assentamento, sob posse do INCRA. E como descreve Higor, o trabalho do Instituto vem avançando para que finalmente o Assentamento seja instalado: "Agora acho que o INCRA vai começar a vim aqui e fazer o reconhecimento tanto das famílias quanto da área. Está perto de uma homologação." (HIGOR, 2018).

Durante esses anos, alguns companheiros, como a Andrea e o Paulinho, infelizmente perderam suas vidas e não poderão compartilhar desse momento de felicidade que as famílias estão tendo de conquista de uma parcela de terra da reforma agrária. Mas seus nomes são parte da história do Assentamento Egídio Brunetto e do MST. Mesmo com a conquista das famílias em Lagoinha, os militantes do MST continuam com os trabalhos de base pela região, em busca do fortalecimento e ampliação da luta pela terra no vale. Ainda há muito latifúndio na região e a reforma agrária continua sendo necessária. Como é o caso do Acampamento Andrea Guaraciane, estabelecido na época em uma área ocupada em Tremembé, local onde foi realizada a entrevista com o Carijó.

Destacamos que os nomes dos acampamentos têm significado e que o Acampamento Andrea Guaraciane foi assim chamado em homenagem a uma das companheiras que faleceu quando a sede da fazenda estava sendo ocupada. Ou mesmo, o nome Egídio Brunetto, em homenagem a um militante falecido do Mato Grosso do Sul – MS. Essa é uma característica do Movimento, diversos acampamentos/assentamentos seguem essa prática. Essas homenagens são forma de reconhecer o valor da ação de pessoas comuns, que nunca teriam seus nomes nas ruas, nas praças e nos livros de história. Adquirindo, assim, um aspecto de resistência à história oficial.

5. (Re)existências históricas na (des)construção de desigualdades

Um outro tema presente nas leituras é a questão da desigualdade como fruto da concentração desigual do território. Indicamos na introdução do presente artigo que esta foi construção histórica mediada por interesses políticos e econômicos da elite brasileira. Para além desta, outras formas de desigualdade foram construídas e continuam presentes na nossa sociedade. As entrevistas falam sobre questões sociais de gênero entre outras. Assim, podemos perceber diferentes interpretações de desigualdade. Na visão do depoente Higor, desigualdade é tida como uma forma de preconceito que a sociedade de Lagoinha tem com os Sem Terra do Egídio Brunetto:

A cidade de Lagoinha está "em choque" com essa conquista do MST. Ela é uma cidade conservadora, o povo não acreditava muito na nossa luta, embora eles vejam a gente com a posse da terra na mão e com apoio de várias pessoas influentes no mundo político. A gente buscou esse apoio da comunidade aqui, mas vimos essa desigualdade quando buscávamos esse apoio. [...] Eles enxergam a gente como ladrão de terra! Isso para mim é desigualdade. Porque eu vou hoje atrás de um trator para trabalhar ali na parcela da reforma agrária que eu venho cuidando e o povo não quer, entendeu? Não é nem emprestar o trator, é pagar pela hora. É você querer contratar lá o trabalho do cara, mas o cara diz: "não, não vou trabalhar lá pra vocês" entendeu? Isso acontece, isso pra mim é

desigualdade também, é ele achar que o meu dinheiro não vale igual a dos outros (HIGOR, 2018).

Essa forma de desigualdade descrita por ele é reforçada com os esforços de criminalização do movimento social. Como no caso das queimadas descritas. Além de questões envolvendo a polícia local, que segundo Carijó “constrange muito os jovens”. Segundo o narrador, a desigualdade começa dentro dos lares, quando se refere à perspectiva de gênero. Ele discorre sobre o machismo construído pela nossa sociedade e que, na sua visão, o enfrentamento a essa forma de desigualdade é uma questão primordial para combater as outras desigualdades existentes no país:

Eu enxergo desigualdade coletiva, ela é coletiva. Já olho através das companheiras, por exemplo. A desigualdade começa dentro dos lares, desde quando a criança nasce, desde quando a menina nasce. Quando a menina nasce, nasce a desigualdade. Porque ela já é tomada por uma sociedade machista. Quando eu falo de desigualdade, tem muitas outras, como a alimentação desigual, terras desiguais, como a reforma agrária que ainda não acontece dentro do nosso país, então tem vários tipos de desigualdade. Mas o que eu gostaria de deixar muito claro é a desigualdade entre gênero, homem e mulher. Os direitos que os homens têm, as mulheres terem. Fazer com que isso aconteça. E observando, sabendo que hoje a delegacia da mulher só atende até cinco horas da tarde [...] Então a desigualdade começa daí já, onde a própria justiça não respalda as mulheres do nosso país. Desigualdade é quando a mulher chega do serviço e entra dentro de casa com medo de pegar o bêbado em cima da cama, enchendo o nariz de cerveja e ela ter que chegar devagarzinho, quietinha para não acordar aquele desgraçado para não bater nela. Isso é desigualdade. [...] Ter desigualdade é ter desrespeito. [...] Na minha concepção para a gente dar um jeito nessa desigualdade que temos no nosso país, temos que começar dentro dos lares (CARIJÓ, 2018).

A fala dele evidencia a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro Dandara de Promotora Legais Populares, que vem atuando na formação dos militantes do Movimento sobre temas que envolvem a questão de gênero, os direitos da mulher, a violência doméstica etc. Pudemos observar esse trabalho durante a observação de campo, nas palestras e nas falas durante as místicas.

A intensa preocupação com essas questões partem do objetivo de construção de um novo modelo social, para que os problemas enfrentados na sociedade não sejam repetidos dentro do Movimento e do Assentamento. É necessário mudar. Sendo que as reivindicações das famílias do pré-assentamento não se restringem simplesmente a conquista da terra, abrangem a transformação das pessoas, a fim de que essas desigualdades sejam desconstruídas objetivando a construção de uma sociedade menos desigual.

O termo “transformação social” se faz presente diversas vezes na fala do Carijó. O que nos mostra o valor que ele dá para essa transformação, comprovando também a importância dessa questão para as pessoas que projetam uma nova vida nesse Assentamento:

Tenho outros contatos com o MAB - atingidos por barragens – e UNIAFRO. Que são companheiros que tiveram junto com a gente, que fizeram parte da transformação social que [...] fizeram parte da minha vida. [...] A gente só passa por uma transformação social quando essas pessoas olham para você e veem realmente uma pessoa diferente. E ser diferente não é pintar o cabelo de outra cor, trocar de roupa, ser diferente é fazer sem esperar nada de volta, fazer por que tem que fazer, porque senão não alcança o objetivo que é realmente a transformação social (CARIJÓ, 2018).

Bem como, ele coloca a transformação social como uma preocupação atual do Movimento. Além de ser um dos princípios que diferencia o MST de outros movimentos, justamente por não se restringir a conquista de luta pela terra, indo mais além, conquistar a dignidade das pessoas de volta.

Carijó constrói uma narrativa em que aparece um conjunto de fatores que parecem no momento fazer parte de sua identidade vinculada ao MST. A própria participação na luta se caracteriza como uma formação. E o ato de narrar o constitui enquanto sujeito, dando significado às experiências de sua vida de forma que “é uma forma de essas pessoas retomarem sua dignidade e restabelecerem alguma crença e a possibilidade de viver” (RIBEIRO, 2007, p. 213).

Para além disso, Carijó destaca características do Movimento enquanto organização social:

Para mim o que diferencia o MST de outros movimentos de luta pela terra é a seriedade, a organicidade. Além desses elementos, os seus princípios pelo quais eles foram criados. Foi criado em cima de três bases muito sólidas que é a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta pela transformação social. Hoje, pela conjuntura que vivemos, temos investido bastante na transformação social, pela conscientização política do nosso povo. Mesmo tento conquistado agora essa terra, ainda me considero um sem-terra. A luta não para. A luta não para porque você vai passando pela transformação social. Você vai vendo cada família que vai chegando, uns com sete filhos, outros vem sozinho sem ninguém, outros vem machucado, vem companheiras machucadas de agressão, a gente traz para dentro do espaço, cuida, trata, conversa. E automaticamente quando isso acontece você vai fazendo também que as pessoas se conscientizem socialmente, mas diretamente vai passando por uma transformação social (CARIJÓ, 2018).

A presença dessas outras formas de desigualdade nas falas dos entrevistados nos mostram a contribuição delas para a permanência da desigualdade social. Também apontam que essa continuidade se dá justamente pela construção histórica mediada por interesses de poderosos, para que seus privilégios sejam mantidos. Sendo necessário desconstruir essa manutenção, a fim de combater as desigualdades presentes na sociedade brasileira. As ações feitas no pré-assentamento Egídio Brunetto, como a formação do Centro Dandara de Promotora Legais Populares, indicam possibilidades de construção de uma sociedade mais justa.

6. Nova terra, novos projetos



Com a proximidade da conclusão do processo de instalação do Assentamento, as famílias do pré-assentamento Egídio Brunetto, entendendo a problemática da questão ambiental demonstram preocupação com a situação em que se encontra a fazenda e com o intuito de recuperar esse prejuízo, causado à fauna e à flora do local por anos de exploração, os assentados vêm desenvolvendo ações e elaborando projetos com propósito de construção desse novo modelo de sociedade, firmado em princípios de colaboração, sustentabilidade e agroecologia. Esses princípios estão presentes no discurso dos entrevistados. Por exemplo, quando eles são indagados sobre a definição de sustentabilidade:

Sustentabilidade é um sonho para mim. Mas é um sonho que vai se tornar realidade em breve. Com muita garra da agricultura familiar, da minha família em si, acredito que daqui uns cinco anos esteja sustentando eu e minha família de sete pessoas, que somos. Acho que daqui cinco anos a gente não vai precisar entrar no mercado mais para comprar um óleo, um feijão, um arroz. A energia eu não quero mais ter que pagar por ela, a água também não. Agora com essa terra, praticamente conquistada, a água tem em abundância em todos os lotes aqui. A energia tem o sol. Está próximo! Isso é sonho, sonho que vai se realizar (HIGOR, 2018).

Sustentabilidade é semente na terra, é chão, é covinha plantando feijão, é o milho na terra, arroz produzindo, é você fazer agroecologia. Tirar subsídio da terra para que você possa trazer para si um alimento saudável e eficaz para o seu organismo. Para poder trazer pra população tanto um alimento saudável, quanto a conscientização de que o brasileiro coloca hoje dentro da sua mesa, por exemplo, é 75% agrotóxico. E o que o Sem-Terra planta hoje é 100% agroecológico (CARIJO, 2018).

A palavra aparece também na fala de Higor quando é perguntado sobre a identificação com o setor de produção, no qual ele atua no Movimento, posto que sua atuação está relacionada à possibilidade de realização de seus projetos:

Me sinto identificado com o setor em que atuo, é o que eu gosto de fazer. Eu entrei no Movimento com o sonho de plantar muita árvore, de reflorestar mesmo, tentar minimizar um pouco a destruição que o próprio ser humano faz na terra. Hoje, eu até agradeço muito a minha parcela, acho que ela é até grande pra uma família morar, é lógico que a gente não vai morar uma família nessa parcela toda, mas vindo de outro lado, que bom que a parcela tem todo esse tamanho porque daí vai dar pra eu reflorestar um pedaço bom do planeta. Eu posso plantar árvore em todo aquele pedaço e garantir que aquelas árvores não sejam cortadas pelo menos (HIGOR, 2018).

Conforme aponta Oliveira “esses sujeitos fazem a sua experiência como ser social que age e faz história e passam a tomar consciência do que é viver na sua pele aquele processo, o que Thompson chama de consciência de classe” (2018, p. 14). Isso porque “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987a, p.12).

A proposta das famílias para o Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto tem sido desenvolvida com base em uma nova forma de produção e

ocupação da terra, preocupada com a recomposição da mata ciliar, com a sustentabilidade de produção e de construção de habitações (bioconstruções). Essa proposta se iniciou desde a fase do acampamento, por meio de uma série de iniciativas dos trabalhadores, que já surtiram efeitos positivos para a região. Destacam-se a produção de alimentos de forma saudável, sem uso de agrotóxicos; produção e troca de sementes crioulas nas festas locais, como na Festa do Divino em julho de 2017 (ABRA, 2017, p. 5).

A importância desses princípios é manifestada também nessas ações e nos projetos desenvolvidos pelas famílias do pré-assentamento. Como mostra este trecho da fala de Higor sobre as ações desenvolvidas pelo setor de produção, do qual ele é coordenador:

Nós fazemos as feiras de trocas de sementes, a feira agroecológica de Lagoinha, as festas das cidades aqui limítrofes, as festas de santo. A gente coloca nossas bancas com nossos produtos, tanto beneficiados como *in natura*, mas a ideia é cada vez ter mais produção e expandir a produção coletiva do Assentamento Egídio Brunetto. A gente produz quiabo de inverno, que é um quiabo roxo [...] produz chaya, PANCS, que são produtos alimentícios não convencionais. A gente produz muita coisa convencional também que encontra em qualquer mercado. Mas tudo sem agrotóxico, sem veneno. A gente é o Assentamento Agroecológico Egídio Brunetto, agroecologia vai vir no nome do nosso Assentamento. Todos aqui vão produzir sem veneno, é proibido lidar com veneno, até veneno para rato, para a formiga, qualquer tipo de pesticida, adubo químico, a gente não trabalha com isso. A gente vai trabalhar com agroecologia e sistemas agroecológicos florestais (HIGOR, 2018).

Destaca-se o trabalho de resgate de espécies de frutas nativas, que perderam espaço no mercado e não mais são encontradas, e ainda correm risco de extinção, como a grumixama, a Jussara, o bacupari, a sapucaia a pitanga preta o bacuri e variedades de maracujá como o caipira e o doce. A utilização ainda das espécies não convencionais conhecidas como PANC'S também permite maior diversidade aos cultivos e alternativa diversificada de alimentos saudáveis na região. Sendo culturas mais rústicas ou mais bem adaptadas, muitas delas nativas, que perderam utilização em nossa sociedade, estão sendo reintroduzidas nos cultivos de nossos agricultores e busca-se ofertá-las na alimentação da população, permitindo acesso a alimentação de alto valor biológico, uma vez que possuem maiores poderes nutricionais do que espécies convencionais. Como exemplo a taioba, a bertalha, o caruru, a vinagreira, o cará moela, o açafraão da terra a araruta a cambuquira entre outras (ABRA, 2017. p. 03).

Ressaltamos ainda a preocupação que eles têm na produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos. Propiciando uma alternativa no consumo das famílias e na produção, fazendo frente à produção do agronegócio. Nos projetos, esses princípios são realmente os pilares para a elaboração do futuro Assentamento. Carijó explica um pouco sobre esses projetos:

Pensando no futuro, temos entrado em contato com alguns companheiros de outro Egídio Brunetto, que é de uma outra regional, que mandaram uma cartilha pra gente. Nossa companheira Marcela, do setor de

produção, está se aprofundando um pouco mais nessa cartilha. Mas o projeto que tem lá, desde quando colocamos nossos pés dentro da terra, é o Assentamento 100% agroecológico, desde o plantio no sistema de SAFs, até a criação de gado no sistema agrossilvipastoril. A gente tem tentado fazer um Assentamento Agroecológico dentro do Vale do Paraíba, para que seja referência. Para que as pessoas possam vir e olhar que a reforma agrária também é agroecologia (CARIJO, 2018).

Nestes trechos das entrevistas de Higor e Carijó, podemos ver apontados a determinação e o empenho de se tomar outros rumos na produção e com isso evidencia-se a “atuação de trabalhadores, e o grau que contribuíram com esforços conscientes no fazer-se da história” (THOMPSON, 1987a, p.13).

Apontamos as características do sistema agrossilvipastoril, que é uma técnica pecuária que consiste em associar a criação de gado e cultivos, em piquetes rotacionados diariamente pelos animais. Permitindo, com isso, o plantio de árvores frutíferas, de madeira e de culturas anuais, entre os piquetes. Complementando, dessa forma, a alimentação e a saúde do gado e ainda melhorando a situação do pasto. Além de criação de gado, o sistema permite que possa ser substituídos por outras criações como, aves, suínos, ovinos dentre outros (ABRA, 2017, p. 2). Servindo então como uma alternativa para o enfrentamento da situação de degradação do solo local, devido à prática da pecuária extensiva.

Além do Sistema Agroflorestal (SAF), que é uma técnica agrícola que busca alinhar suas práticas ao ambiente local, utilizando-se de espécies nativas e exóticas em diferentes fases no tempo e espaço. Tem como base utilizar-se da vegetação já existente no local, como também incluir novas espécies para a incorporação de matéria orgânica no solo, aumentando a quantidade e a qualidade de vida consolidada. Permitindo, desse modo, que o agro ecossistema aumente seus recursos anualmente, diferentemente dos cultivos convencionais atuais, que pelo princípio da entropia, perdem energia e sua riqueza a cada ano, se tornando pobres e altamente dependentes de insumos de fora, até perderem sua fertilidade, entrando em processos erosivos e de desertificação (ABRA, 2017, p. 3). Contraponto, com isso, a prática abusiva da indústria da celulose que devastou a vegetação nativa da região.

Destacamos ainda os projetos de cultivo de copaíba, sucupira para produção de os óleos medicinais; de araribá, guanandi, jatobá para extração de recursos madeireiros; também as práticas apícolas e de meliponicultura; além da criação de um banco de sementes crioulas regionais. Para garantir a conservação e a variabilidade genética das sementes, além de diminuir as chances das sementes crioulas se perderem com o tempo. Isso se dá ao fato da preocupação com o aumento de práticas transgênicas, como no feijão, milho e soja, que causa danos a conservação genética das sementes. (ABRA, 2017, p. 3-4).

Para isso, os trabalhadores participaram de uma série de treinamentos e cursos de capacitação, realizados por instituição parceiras, como Serra Acima (Cunha-SP), Rede Agroflorestal (Vale do Paraíba, serra Mantiqueira e litoral), Agência Paulista dos Agronegócios (APTA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e pequenos agricultores da

região, voltadas a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis relacionados a agroecologia e de assistência técnica rural. Além do intercâmbio entre agricultores dos Assentamentos de reforma agrária da região, como os assentamentos de Tremembé-SP e São José dos Campos-SP, por meio de iniciativas como a Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba (ABRA, 2017, p. 5).

Além da produção, os projetos envolvem novas formas de ocupação da terra, que abrange as bioconstruções como alternativa para essa prática. Como nos mostra nesse trecho da entrevista do Higor:

Como projeto futuro a gente tem muita terra para plantar, muita terra para arborizar, muita agroecologia para fazer. As casas vão ser de bioconstruções, construções alternativas. Aqui a ideia de muitos companheiros é de não usar cimento em seus lotes. Pretendemos que nunca entre um saco de cimento, nem precise de um saco de cimento para fazer nada dentro dos seus lotes, entendeu? Muitos têm essa filosofia aqui dentro e a gente tenta levar essa formação para não ir mesmo cimento para o lote. Vamos fazer permacultura, cobrir de sapé, tem vários tipos de cobertura, tem telhas ecológicas também, ou que seja de material reciclável também. Eu acho que é mega válido, por mais que seja plástico, mas de um plástico reciclável, entendeu? Vamos juntar essas sacolinhas e fazer telha dela, ué?! (HIGOR, 2018).

Os projetos contemplam também outros setores do Movimento, como a saúde e a educação, o que mostra a complexidade dos projetos que não são pensados como ações isoladas e sim como projetos coletivos. Sobre isso, nos conta Higor: “Além do meu setor tem a área da saúde que pretende usar a sede para fazer um posto médico rural. Pretendemos fazer uma escola rural também, tanto pra adulto quanto para criança” (HIGOR, 2018).

Esse é um aspecto importante, pois oferece aos militantes do MST a dignidade humana de volta. Por serem pessoas que foram privadas durante muitos anos, não só do acesso à terra, mas também desses direitos básicos, tornando-as excluídas da sociedade. Para reinseri-las na sociedade, é essencial propiciar a elas o acesso a esses direitos. Pois o desenvolvimento de um Assentamento não se dá somente na promoção econômica, mas também no desenvolvimento social.

Os projetos abrangem também o aproveitamento dos recursos naturais do Assentamento para beneficiar toda a comunidade local, com o objetivo de ser um atrativo para propiciar a aproximação da população, de Lagoinha e da Região, do Assentamento, para que venham ter no espaço um processo de formação. Processo descrito por Higor nesse trecho:

A gente vai ter um viveiro municipal, a gente pretende fazer um viveiro para cidade, que não tem, não só para nós, mas para a cidade toda. A gente do MST acredita que os recursos naturais de uma fazenda, como a Fazenda Bela Vista, são para todos, a beira do rio, a água. As pessoas de fora vão ser sempre bem-vindas aqui dentro para usar desses recursos também. Não só um assentado ou um militante do MST que vai poder usufruir dos recursos da fazenda, mas todos os munícipes e vizinhos. A gente quer trabalhar muito com turismo rural aqui. Então que todos sejam bem-vindos.

Temos muita cachoeira dentro dessa fazenda que pretendemos explorar de uma maneira agroecológica, de uma maneira consciente e coletiva; abrangendo turismo rural, gastronomia, a gente tem muitos cozinheiros bons aqui, o clima, que é um clima mega agradável em Lagoinha. Vamos usar da melhor forma possível, para poder trazer mais pessoas para conhecer, para fazer uma formação política, porque a gente pretende também ter um centro de formação política aqui, ideológica, de luta de classes, "tá ligado"? Então a gente tem que atrair essas pessoas para cá, e ir dando formação para elas, porque a formação é tudo. É a formação que vai levar a pessoa a lutar por direitos melhores, a lutar contra a desigualdade (HIGOR, 2018).

Nesse ponto há um elo dos princípios deste futuro Assentamento, baseado na agroecologia, com os princípios de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é a formação política, como um aspecto fundamental para o fortalecimento das pessoas, mas também como forma de valorização das experiências de trabalhadores como propõem Thompson em sua obra (1987a, 1987b).

Assim, política, ecologia e vida cotidiana se encontram relacionadas e indicam caminhos da unidade da classe trabalhadora, e do Movimento, com a permanência dos ideais de luta de classes. Esse processo de compreensão e articulação de demandas e conquistas acaba se tornando essencial para a compreensão de que a conquista dessa terra não é o fim, mas é apenas uma etapa das muitas outras lutas contra o latifúndio, o sistema capitalista e a desigualdade social.

7. Considerações finais

Este estudo contribui com as discussões sobre a propriedade da terra, que marcam a divisão social brasileira, desde os tempos de sua colonização. Além de refletir sobre a ação de ampliação do espaço público realizada pelos movimentos sociais ao evidenciar uma contradição presente na legislação do país, que garante a propriedade privada, ao mesmo tempo que defende o uso social da terra.

Também colabora para o avanço dos estudos históricos sobre a luta pela terra no Vale do Paraíba. Território de conflito, pois ao mesmo tempo tem em sua gênese o latifúndio, também é lugar de movimentos sociais em defesa da reforma agrária. A história das famílias que ocuparam a fazenda Bela Vista evidencia a continuidade dessas lutas na região. E, parafraseando o que Thompson afirmou sobre a classe operária inglesa, frente ao processo da revolução industrial, podemos dizer que uma "autoconsciência coletiva foi o grande ganho" (1987b, p.438) de todo o processo de luta e constituição deste assentamento.

O estudo, reflexões e análise de narrativas dos protagonistas que formam o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Lagoinha, possibilitou perceber que são as ações cotidianas das pessoas que constroem as pessoas, o movimento social, e também um modelo de sociedade. Modelo este, proposto pelas famílias do pré-assentamento Egídio Brunetto, que se baseiam em colaboração e sustentabilidade como princípios de construção dessa nova

possibilidade, frente ao sistema de exploração e exclusão estabelecido durante anos.

Esse novo modelo precisa mais do que nunca ser pensado e colocado em prática, devido à situação de degrado que o meio ambiente se encontra. As lutas do passado, como a Reforma Agrária, ainda se fazem presentes e necessárias, mas somam-se a elas lutas, reivindicações de um modelo agrícola que seja menos danoso ao ser humano e ao meio ambiente. Pois se continuarmos por esse caminho, daqui uns anos a condição “sem-terra” vai ser uma característica de toda humanidade. Os projetos do pré-assentamento apresentados aqui, nos dão um norte sobre como é possível estabelecer um sistema em que o homem esteja em harmonia com o meio ambiente.

Realizar um trabalho que coloca pessoas comuns como protagonistas da história é um desafio, mas que é cumprido com enorme satisfação. Dar voz a essas pessoas e produzir a escrita da história dos marginalizados pela produção acadêmica tradicional é um ato político. Desde os escritos de Thompson, percebe-se que a escrita de uma “história vinda de baixo” é possibilidade de escrita para historiadores. Podemos dizer que neste trabalho compartilhamos da “[...] a atração pela ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e não do grande comandante” (SHARPE, 1992, p. 40-41). Com isso, nossa intenção é não cometer os mesmos apagamentos, dos historiadores do passado, que deixaram para nós em volumes muito maiores as narrativas da história dos vencedores. Dar visibilidade e poder contribuir academicamente com uma produção sobre a história de pessoas que estão construindo um assentamento rural, é poder somar na luta política desenvolvida pelos acampados, em outra frente. O MST propicia isso, o seu *caráter popular* incorpora a todos, o trabalhador rural, o analfabeto, o agrônomo, o geógrafo e também os historiadores.

Parafraseando Thompson, pode-se dizer que esses sujeitos construíram o assentamento e a luta pela terra, mas a luta e o assentamento também os construiu. Assim, unindo ensinamentos teóricos e aprendizados da experiência junto às famílias entendemos que, o trabalho acadêmico cumpre uma função social, da mesma forma que a terra deve cumprir.

REFERÊNCIAS

ABRA/Núcleo de São Paulo. Memorial do Acampamento Egídio Brunetto, apresentado à Juíza Federal de Taubaté. 2017.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, Anna Claudia. **Conexões que transformam o ambiente e a sociedade: a Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba nos Assentamentos**



do MST. 2018. 139f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade de Tabaté, Taubaté, 2018.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 2ª. Ed., São Paulo, Ed. Loyola, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTA, Adir de Almeida. A questão da terra no Vale do Paraíba: história de um assentamento do MST – Nova Esperança: uma experiência de luta pela terra. *In:* XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), **Anais...** São Paulo, julho, 2011. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312669038_arquivo_aque_staodaterranovailedeoparaiba.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MOTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

OLIVEIRA, Ângelo Altair. **A luta dos sem-terra em Rio Bonito do Iguaçu (PR):** terra e experiência no acampamento. 2018. 185f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati/PR, 2018.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Processos de mudança no MST:** história de uma família cooperada. 2002. 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Tramas e Traumas:** histórias de vida e identidades em marcha. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

RIEHELMANN, Claudio Collado. **Rurbanização, desenvolvimento e vida:** o caso do assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos – Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional. 2006. 423f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

SHARP, Jim. A História vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Org). **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992.

STÉDILE, João Pedro; FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I, A árvore da liberdade. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III, A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

TINTI, Lucas dos Santos. **Resistência camponesa e expansão do complexo celulose e papel no Vale do Paraíba Paulista**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017.

Fontes Orais

Alexandre Wenceslau Lopes (Carijó). [ago. 2018]. Entrevistador: Lucas Jofre da Silva. Lagoinha, SP, 18 ago. 2018.

Higor Leopoldo Costa. [jul. 2018]. Entrevistador: Lucas Jofre da Silva. Lagoinha, SP, 26 jul. 2018.

Recebido em: 1º de julho de 2021.

Aceito em: 4 de agosto de 2021.

Publicado em: 15 de dezembro de 2021.